



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021  
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública para avaliar os avanços, retrocessos e desafios relativos à Política Nacional de Atenção à Saúde Mental no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública para avaliar os avanços, retrocessos e desafios relativos à Política Nacional de Atenção à Saúde Mental no Brasil. Para tanto, solicitamos sejam convidados(as):

- Pedro Gabriel Delgado, Psiquiatra, com doutorado em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo (USP)
- Laura Fusaro Camey – Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de MG/ RENILA/MG;
- Débora Duprat, ex-Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão;
- Pedro Serrano, Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Alysson Mascaro, professor e filósofo;
- Lucio Costa, membro do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

#### JUSTIFICAÇÃO

A política de saúde mental foi constituída nas últimas décadas no Brasil como uma Política de Estado, consolidada a partir:





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- a) de Quatro conferências nacionais de saúde mental, instrumento de controle social do SUS para estabelecer as políticas de Estado no campo da saúde e saúde mental.
- b) da Lei Nº 10.216 de 2001, a Lei da Reforma Psiquiátrica;
- c) da Lei Nº 13.146 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão.

Este corpo legal inclui inteiramente as pessoas com transtorno mental;

Também assinalamos que as entidades internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) reconhecem esta política de saúde mental das últimas décadas no Brasil como exemplo para outros países do mundo.

Assim, é preciso interrogar a legalidade de uma nova política de saúde mental que desconsidera o arcabouço legislativo da saúde mental e diretrizes consensuadas em quatro Conferências Nacionais de Saúde Mental.

As alterações realizadas pelo governo federal na legislação da saúde mental, desde 2017, vêm produzindo graves retrocessos, colocando em risco todo um campo de atenção psicossocial. Desta forma, propomos uma Audiência Pública para debater a **“Política de Saúde Mental no Brasil: avanços, retrocessos e desafios”** para que se retome os desafios para a expansão e consolidação da Rede de Atenção Psicossocial.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

